**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS LEGAIS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO** Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

A **[NOME DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº **[00.000.000/0000-00]**, com sede estabelecida na [INSERIR O ENDEREÇO COMPLETO DO BOLSISTA COM RUA, NÚMERO, BAIRRO, CIDADE E CEP], neste ato representada por seu representante legal, o Magnífico Reitor **[NOME COMPLETO DO REITOR]**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº [**000.000.000-00]** e portador da carteira de identidade RG nº [**000.000.000-0]**, vem, por meio desta, declarar, sob as penas da lei, para fins de celebração de Convênio com o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o que se segue.

A celebração do convênio, que tem por objeto a execução do projeto intitulado **“[NOME DO PROJETO]”**, não infringe nenhuma das vedações estipuladas no artigo 670 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, a saber:

* **Art. 670.** É vedada a celebração de convênio:
	+ **I -** Durante o período eleitoral, conforme o art. 73, VI, “a” da Lei nº 9.504/1997;
	+ **II -** Com a finalidade exclusiva de transferir recursos, ceder servidores ou doar bens;
	+ **III -** Com entidades privadas cujo dirigente seja membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão/entidade da Administração Pública, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau;
	+ **IV -** Com pessoa jurídica que esteja em situação de mora, inadimplência ou outra irregularidade em convênios anteriores com a Administração Pública Estadual;
	+ **V -** Para a realização de serviços ou obras custeadas, total ou parcialmente, com recursos externos, sem a prévia contratação da operação de crédito correspondente;
	+ **VI -** Com entidades cujo objeto social não seja compatível com o programa de governo a ser implementado ou que não possuam a capacidade técnica necessária para a execução do convênio;
	+ **VII -** Com entidades privadas que não comprovem o desenvolvimento de atividades relacionadas ao objeto do convênio nos últimos três anos;
	+ **VIII -** Com entidades privadas que, em relações anteriores com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, tenham incorrido em condutas como: omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado do objeto, desvio de finalidade na aplicação dos recursos, dano ao erário ou outros atos ilícitos;
	+ **IX -** Para a execução de atividades relacionadas ao pagamento de despesas de custeio contínuo da instituição proponente.

Por ser a expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

[Município), [Dia] de [Mês] de [Ano].

**[NOME DO REITOR]**

*Representante Legal da [NOME DA INSTITUIÇÃO]*